

## IDEALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA CASA EM QUE VIVEU RUI BARBOSA EM MUSEU (1924-1966)

### IDEALIZATION AND TRANSFORMATION OF THE HOUSE WHERE RUI BARBOSA LIVED INTO A MUSEUM (1924-1966)

MARIANA FREITAS DE ANDRADE\*<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o processo que envolveu a transformação da casa do jurista Rui Barbosa em museu, o qual abrangeu o tombamento da edificação e o significado desse ato na política de proteção ao patrimônio nacional. Para isso, analisaremos a tentativa de governantes e letrados da Primeira República para formar o panteão de heróis brasileiros, com o intuito de legitimar o regime e criar na sociedade um sentimento de identidade nacional, escolhendo a figura de Rui Barbosa para integrar esse panteão. Examinaremos, também, a imagem que se construiu de Rui Barbosa, entre críticas e louvores, e como isso ajudou a transformar sua residência e sua vida privada em patrimônio material e imaterial. Por fim, abordaremos como, apesar das questões polêmicas, a opinião pública fez vencer a imagem positiva de Rui Barbosa, glorificando sua vida e seu legado.

**Palavras-chave:** Identidade nacional; Rui Barbosa; patrimônio.

**Abstract:** The article analyzes the transformation process of the house of jurist Rui Barbosa into a museum, its preservation and its meaning in the policy of national heritage protection. For this, we will analyze the attempt of rulers and scholars of the First Republic to form the pantheon of brazilian heroes, in order to legitimize the regime and create in society a feeling of national identity, choosing the figure of Rui Barbosa for this role. We will also examine the image that was built of Rui Barbosa, between criticism and praise, and how it helped transform his residence and private life into material and imaterial heritage. Finally, we will discuss how, despite the controversial issues, the public opinion won for Rui Barbosa's positive image, glorifying his life and legacy.

**Keywords:** National identity; Rui Barbosa; heritage.

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 06 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 12 de novembro de 2020.

## Museu Casa de Rui Barbosa: de residência a instituição

Com a instauração da república no Brasil, em 1889, o Estado se empenhou na criação de uma nova identidade nacional; o atual governo necessitava de legitimação e referência. Era um momento de buscar signos referenciais para assegurar um sentimento de pertencimento e identificação com os novos ideais. Para isso, foram mudados os símbolos da pátria, como o hino e a bandeira, e foram criados monumentos, museus e lugares de trocas simbólicas, com os quais a nação, como comunidade imaginada<sup>2</sup>, pudesse construir a sua imagem. Era um período em que a falta de envolvimento real do povo na implantação do regime levou à uma tentativa de compensação por meio da mobilização simbólica<sup>3</sup>. A nação carecia de mitos que pudessem servir de inspiração ao povo brasileiro e honrar a história do país. Neste sentido, a ideia de transformar a residência em que morava Rui Barbosa, um celebrado político e homem público, em museu teve o objetivo de preservar uma identidade e uma memória nacional, perpetuando a imagem do homem que em muito inspirou os brasileiros e elevou a nação.

Conhecida como Vila Maria Augusta, uma homenagem de Rui Barbosa à sua esposa, a casa em que esse homem e sua família moravam é localizada em Botafogo, no Rio de Janeiro, e foi comprada por ele em 23 de maio de 1893, pelo valor de cento e trinta contos de réis. A propriedade foi construída em 1850 pelo Barão da Lagoa, Bernardo Casimiro de Freitas. Anos mais tarde foi vendida ao comendador português Albino de Oliveira Guimarães que, no ano de 1890, vendeu-a ao inglês John Roscoe Allen. Rui Barbosa foi o quarto proprietário do palacete da rua São Clemente, comprando-a de John Allen. A primeira grande obra realizada após a compra foi comandada pelo arquiteto Antônio Jannuzzi, que procurou adaptar a residência aos gostos do casal. Rui Barbosa,

pouco a pouco vai imprimindo sua personalidade à residência, embelezando com roseiras e plantas raras o parque de 9.000m<sup>2</sup>; aqui reúne lembranças de suas viagens, uma mobília de jantar vinda da Inglaterra, um quadro adquirido em Madri, uns lustres e alguns azulejos trazidos da Holanda, uns sofás e uns tapetes de Buenos Aires. Aqui escreveu de próprio punho todos os discursos das campanhas políticas e a maior parte dos pareceres, artigos e arrazoados.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> SALADINO, Alejandra. O patrimônio cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 97-105, p. 99.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

<sup>4</sup> SEM AUTORIA. **Museu Casa de Rui Barbosa**. São Paulo: Banco Safra, 2013, p. 44.

Em sua casa, Rui Barbosa recebia muitos amigos, dava grandes festas e brincava com seus netos. Em seu enorme jardim, encarregava-se de podar e colher as flores, plantar árvores, colocar plaquetas com o nome de cada espécie e proteger os frutos. O espaço, onde morou por 28 anos, era o refúgio privado do homem público. Foi também o local onde celebrou suas maiores glórias. Segundo Aparecida Rangel<sup>5</sup>, foi para lá que Rui Barbosa voltou após a Conferência de Haia; foi lá o palco de grandes reuniões políticas e também era onde ele estudava, lia e escrevia seus memoráveis discursos. Era também o local em que ele se dedicava à família. Segundo sua esposa, Rui “era um homem cumpridor dos deveres domésticos, interessado por tudo, desde a decoração, conforto, até a manutenção da casa”<sup>6</sup>.

Rui Barbosa nasceu na cidade de Salvador, no dia 5 de novembro de 1849. Participou ativamente da vida política do Brasil e, segundo algumas biografias, desde jovem destacava-se por sua capacidade intelectual, cujo exemplo é a enorme biblioteca que possuía e a grande quantidade de livros que leu durante toda a sua vida. Jurista, jornalista, orador, abolicionista e, por fim, figura pública brasileira, Rui Barbosa cursou Direito em 1866, no Recife, mas transferiu-se depois para a Faculdade de Direito de São Paulo, na qual concluiu os seus estudos em 1870. Mudou-se para o Rio de Janeiro, iniciando sua carreira na imprensa. Foi ministro da Fazenda no Governo Provisório e participou da elaboração da Constituição de 1891. Ocupou a cadeira no Senado, pela Bahia, e permaneceu senador até o ano de sua morte. Também integrou a Segunda Conferência da Paz, realizada em Haia, em 1907 – representando o Brasil na qualidade de embaixador extraordinário –, na qual defendeu a doutrina da igualdade jurídica entre as nações. Candidatou-se à Presidência da República e liderou uma campanha civilista marcada pelo contato direto com o povo e pelo discurso de fortalecimento da democracia. Todos esses fatores contribuíram para que a figura do personagem fosse, em muitos momentos, mitificada, o que se intensificou com a sua morte e a comoção nacional que esse evento despertou, sobretudo na capital federal.

Barbosa morreu no dia 1º de março de 1923, causando uma enorme mobilização em todo o país. A aura que se instaurou em torno da imagem desse personagem contribuiu para que sua casa, espaço íntimo e privado, fosse transformada em museu. Para compreender melhor

---

<sup>5</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. **Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 51.

<sup>6</sup> MAGALHÃES, Rejane Mendes de Almeida. **Rui Barbosa na Vila Maria Augusta**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 125.

todo esse processo, analisaremos alguns decretos, disponíveis para consulta pública nos sites oficiais da Câmara dos Deputados<sup>7</sup>, do Senado Federal<sup>8</sup> e do Planalto<sup>9</sup>, e seguiremos a cronologia dos eventos que foi exposta por Aparecida Rangel, em sua tese intitulada “Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado”.

Para começar, foi por meio do Decreto de nº 4.789, de 02/01/1924, que o governo federal comprou da viúva de Barbosa a casa e o mobiliário do casal, a fim de transformar a propriedade no primeiro museu-casa, destinado à visitação pública, do Brasil:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, separadamente, ou em conjunto:

- a) a casa á rua S. Clemente n. 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. sennador Ruy Barbosa;
- b) o mobiliario, a bibliotheca, os manuscriptos e o archivo;
- c) a propriedade, intellectual das obras do eminente brasileiro.

Paragrapho unico. Realizada a aquisição, o Governo fundará, no edificio, e com as installações adquiridas, um museu-bibliotheca; podendo dar-lhes, não obstante, os destinos que julgar mais adequados ao culto nacional pela memoria do grande cidadão.<sup>10</sup>

A casa havia sido comprada, entretanto, até 1926, nada mais tinha acontecido para que o museu fosse, de fato, criado. Em novembro de 1926, ocorreu uma mudança no cenário político brasileiro e Washington Luís foi eleito presidente. Isso ocasionou uma mudança no processo de criação do museu. Washington Luís, correligionário de Rui Barbosa, assim que assumiu o poder, trabalhou para a alteração do *status* da residência da rua São Clemente.

Em 1927, Washington Luís adotou duas medidas importantes, com relação ao museu. A primeira foi a criação do Museu Ruy Barbosa, compreendendo a biblioteca, as obras de arte e tudo aquilo que havia pertencido ao jurista. A segunda medida foi a reconstituição da área do terreno que a administração municipal anterior havia retirado e que resultara na

<sup>7</sup> BRASIL; Comitê Gestor do Portal da Câmara dos Deputados. **Portal da Câmara dos Deputados**. 1999. Página inicial. Disponível em: <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>8</sup> BRASIL; Senado Federal. **Portal do Senado Federal**. [19--]. Página inicial. Disponível em: <[www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>9</sup>BRASIL; Governo Federal. **Portal da Legislação**. [19--]. Página inicial. Disponível em: <[www4.planalto.gov.br/legislacao/](http://www4.planalto.gov.br/legislacao/)>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>10</sup> BRASIL. **Decreto nº 4.789**, de 02 de janeiro de 1924. Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu, o senador Ruy Barbosa, com mobiliario, bibliotheca, archivo. etc. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4789-2-janeiro-1924-565500-publicacaooriginal-89254-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

descharacterização do jardim, como destacou Aparecida Rangel<sup>11</sup>. O presidente não mediu esforços para reconstruir a casa como era, recompor os ambientes externo e interno e zelar pela autenticidade do espaço que um dia fora ocupado por Rui Barbosa.

Em 4 de abril de 1927, o Museu Ruy Barbosa é criado e regulamentado, por meio do Decreto nº 17.758:

Considerando a conveniencia de manter sempre vivo o culto á memoria dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuzeram á gratidão da Pátria ;  
Considerando que o Estado adquiriu a casa em que viveu o grande estadista republicano Ruy Barbosa, sua bibliotheca, seu archivo, e a propriedade intellectual das suas obras:  
Resolve, na conformidade da autorização expressa no parographo unico do art. 1º do Decreto legislativo n. 4.789, de 2 de janeiro de 1924, crear o Museu Ruy Barbosa.<sup>12</sup>

As ações para a abertura da instituição ao público foram iniciadas em junho de 1930. Segundo os relatórios de obras<sup>13</sup>, todas as fachadas da casa foram restauradas e pintadas e houve a contratação de serviços do engenheiro Vittorio Miglietta para a reconstrução dos jardins. No relatório de Miglietta sobre a obra, ele expõe que procurou reconstruir o que estava deteriorado para dar ao espaço o aspecto que tinha antes.

O Museu Casa de Rui Barbosa foi finalmente inaugurado no dia 13 de agosto de 1930, pelo presidente Washington Luís. A cerimônia de abertura contou com ampla cobertura da imprensa. Estavam presentes familiares, amigos, políticos, ministros e o próprio presidente<sup>14</sup>. Muitos discursos foram proferidos e todos reverenciavam a figura de Rui Barbosa como se ele estivesse ali presente. Nas palavras do senador João Mangabeira, orador oficial da cerimônia,

[...] Esta casa, testemunha muda de seus trabalhos, de tuas vigílias e de teus sacrifícios, a nação transformou-a num templo, santificando-o para o culto da democracia e da lei. [...] Nesta casa se reverá todos os dias tua Pátria, orgulhosa do monumento que, à tua própria glória, fundaste com as tuas mãos.<sup>15</sup>

<sup>11</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 108.

<sup>12</sup> BRASIL. **Decreto nº 17.758**, de 04 de abril de 1927. Crea o Museu Ruy Barbosa e aprova o seu regulamento. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/433701/publicacao/15620340>>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>13</sup> FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades**: 1.9.5 515A. Rio de Janeiro, 1930.

<sup>14</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 111.

<sup>15</sup> MANGABEIRA, João. Inauguração da “Casa Ruy Barbosa”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1933, p. 18.

Quando inaugurado, cada uma das dependências do museu recebeu um nome que fizesse referência às três principais dimensões da vida de Rui Barbosa<sup>16</sup>: a política, o direito e a família. As principais salas da casa foram, então, intituladas *Haia, Pró-aliados, Federação, Civilista, Buenos Aires, Constituição, Questão Religiosa, Abolição, Estado de Sítio, Queda do Império e Instrução Pública*; todos os nomes aludem à participação de Rui Barbosa na política. Referindo-se à atuação de Rui no campo jurídico, os espaços de uso mais íntimo, como o quarto de dormir, o quarto de vestir, o gabinete de trabalho e uma sala usada pelos empregados, foram intitulados de sala *Habeas Corpus, Casamento Civil, Código Civil e Dreyfus*. O quarto de vestir da esposa recebeu o seu nome, *Maria Augusta*; a sala de estar da família recebeu o nome do pai do jurista, *João Barbosa*, e a sala de jantar, o nome de sua terra natal, *Bahia*.

De acordo com as análises de Ana Cristina Carvalho e Glenn C. Johnston, podemos compreender que o processo de transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu contribuiu para a conexão dos espaços físicos com as representações do período, sendo que o acervo de bens originais se conectava ainda com o cotidiano dos personagens que um dia ocuparam aquele ambiente. Percebe-se no museu a ideia de um lar que contém a vida e o movimento de seus antigos habitantes, suas memórias, gostos e rituais pessoais<sup>17</sup>. Para os autores, “os objetos, uma vez incorporados ao contexto da instituição, passam a refletir um fato, um sentimento, uma história, que encadeia o espírito do lugar e de seus personagens, ou seja, a recordação onírica da vida naquele espaço”<sup>18</sup>.

O ano da inauguração do Museu foi um ano conturbado na política do país, sobretudo em razão do movimento que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, e que deu início a uma nova fase da política nacional, a “Era Vargas”. Essa nova fase se estende até 1945 e é marcada por conflitos que culminaram no regime ditatorial chamado “Estado Novo”.

O governo de Getúlio Vargas foi marcado pela imbricação entre cultura e política. Nos primeiros anos de sua gestão, foi criado o Ministério da Educação e Saúde (MES); em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cuja estrutura englobava o Departamento Nacional de Ensino, ao qual se subordinavam as bibliotecas, os museus e as escolas de arte, incluindo a Casa de Rui Barbosa<sup>19</sup>. O número de instituições museais aumentou

<sup>16</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>17</sup> CARVALHO, Ana Cristina; JOHNSTON, Glenn C. **Museus-casas históricas no Brasil**. São Paulo: Acervo artístico-cultural dos palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>19</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 84.

expressivamente e foram formuladas, pela primeira vez no regime republicano, as políticas culturais de preservação e a criação do patrimônio histórico<sup>20</sup>. Para a salvaguarda dos bens culturais foram criados a Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que, em 1970, passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Museu Casa de Rui Barbosa não ficou de fora das iniciativas varguistas. A instituição passou ao âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública que, por meio do Decreto nº 24.688 de 12/7/1934<sup>21</sup>, reorganizou os serviços e estabeleceu, entre outras providências, a abertura diária da Casa para consulta de livros e documentos, sob a guarda da Biblioteca e do Arquivo.

A instituição passou a ser um lugar de pesquisa e estudo, reconhecido pela Lei nº 378, de 13/01/1937<sup>22</sup>, que garantia o uso do Museu como espaço de ensino. Em 1937, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, definiu a Casa de Rui Barbosa como uma instituição de educação extraescolar e, além disso, direcionou verbas para a publicação das obras completas desse seu antigo morador. A preocupação com a conservação da Casa também havia se tornado uma questão importante para o governo, na medida em que as verbas a ela destinadas passaram a incluir as obras de restauração e de conservação do espaço.

No ano de 1939, Américo Jacobina Lacombe assume a direção do Museu Casa Rui Barbosa, por escolha do ministro Gustavo Capanema. Graduado em Direito e, posteriormente, professor de História da Civilização do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e de História do Ensino de História no Instituto Rio Branco, Lacombe era, segundo Aparecida Rangel, um ruiano declarado<sup>23</sup>. O trabalho desse diretor na instituição voltou-se para o culto à memória de Rui Barbosa, empenhando-se sempre na ampliação do público visitante e dos serviços da Casa. No centenário da morte de Rui Barbosa, Lacombe promoveu na

---

<sup>20</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de; SILVA, Kelen Katia Prates. A construção da identidade nacional durante a Era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, pp. 246-254, jan./jun. 2016, p. 250.

<sup>21</sup> BRASIL. **Decreto nº 24.688**, de 12 de julho de 1934. Reorganiza os serviços da Casa de Rui Barbosa e dá outras, Providências. Rio de Janeiro: Chefe do Governo Provisório da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24688-12-julho-1934-515677-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>22</sup> BRASIL. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>23</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 117.

instituição uma série de eventos e ações, como seminários e exposições, para a divulgação da trajetória de vida de Rui.

Na década de 1950, a Casa é reorganizada em quatro seções<sup>24</sup>: Seção Técnica, Centro de Pesquisa, Seção de Administração e Zeladoria. Portanto, a instituição segue se expandindo e se remodelando até a década de 1960, quando, por meio da Lei nº 4.943<sup>25</sup>, de 6 de abril de 1966, torna-se uma Fundação, cujos principais objetivos e funções são ampliados e o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino são reforçados.

A ideia de criar o Museu Casa de Rui Barbosa representou um período em que a Primeira República brasileira procurou construir um conjunto de heróis nacionais. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva<sup>26</sup>, necessários e urgentes em qualquer tipo de poder. Heróis também representam a imagem da nação, e, durante esse período, o Brasil contava com poucas dezenas de museus com diferentes temáticas e ainda não existia no país um espaço dedicado a um personagem público. Rui Barbosa foi o primeiro homem público a ter seu espaço privado transformado em museu, com a iniciativa do governo<sup>27</sup>. Foi também o único personagem, até então, a ser tão glorificado e exaltado pela opinião pública, para que essa escolha fosse justificada. O processo que resultou na transformação da casa de Rui Barbosa em museu possibilitaria revelar a todos a figura do excepcional político<sup>28</sup> e homem público que foi o jurista. O museu proporcionaria um contato direto com a história, a memória, o cotidiano e os vestígios de diferentes tempos em que Rui havia atuado.

Em 1938, o espaço foi inscrito nos Livros do Tombo pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo classificado como Patrimônio Cultural Nacional. A Fundação é responsável, hoje, por pesquisas e encontros científicos, não tendo como função única a guarda das lembranças materiais de um personagem ilustre. A equipe do Museu Casa de Rui Barbosa colabora para a recuperação de informações e estuda o que

---

<sup>24</sup> BRASIL. Decreto nº 38.544, de 12 de janeiro de 1956. Aprova o Regimento da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38544-12-janeiro-1956-323143-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>25</sup> BRASIL. Lei nº 4.943, de 06 de abril de 1966. Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4943.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4943.htm)>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>27</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 99.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 13.

representou (e representa) esse personagem na sociedade brasileira.

### **Algumas considerações sobre a política de proteção ao patrimônio**

Como mencionado anteriormente, o Brasil vivia, em 1930, um novo momento no cenário político. Essa nova fase buscava, sobretudo, valorizar o passado e construir um novo Brasil, e, para isso, a nacionalização da cultura se tornou um projeto político de Getúlio Vargas. O presidente estava voltado para o passado histórico brasileiro e contou com a ajuda de modernistas e todo o tipo de intelectuais para colocar em prática um discurso em prol da construção de um país mais autêntico<sup>29</sup>. Mônica Velloso acredita que esse momento significava uma espécie de reciclagem histórica dos conceitos de nação, povo e cultura, os quais deveriam ser ajustados aos objetivos do governo<sup>30</sup>.

Segundo Luciana Fagundes, a criação de todo esse aparato visava cada vez mais a sustentação de uma determinada narrativa nacional, para a qual seria importante estabelecer políticas voltadas para o patrimônio<sup>31</sup>. O ideário do patrimônio foi integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado, e este recebeu a função de representá-la; seria uma alegoria dela, uma tradição inventada<sup>32</sup>.

Em seu sentido moderno, a temática do patrimônio histórico está socialmente articulada à ideia de “patrimônio”, termo empregado para designar, sobretudo, a transmissão de bens, de pais para filhos; uma herança, envolvendo não só valores econômicos como também afetivos e simbólicos. Françoise Choay argumenta que a valorização dos patrimônios históricos não se dá pelo fato de que, neles, estão contidas informações sobre a coletividade, mas pelo fato de que eles provocam emoção, constituindo-se, portanto, como uma memória viva<sup>33</sup>. A especificidade do patrimônio histórico deve-se precisamente à sua atuação sobre a memória, isto é, o que constitui sua essência.

Foi a partir do Renascimento que a noção de patrimônio histórico e artístico se tornou

---

<sup>29</sup> FAGUNDES, Luciana. **Do exílio ao panteão**: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prismas, 2017, p. 323.

<sup>30</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143, p. 176.

<sup>31</sup> FAGUNDES, Luciana. *Op. cit.*, p. 328.

<sup>32</sup> HOBBSBAMM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

<sup>33</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001, p. 18.

possível; o homem passou a se situar na evolução da humanidade, entre os tempos passados e futuros, ou melhor, como Maria Cecília Fonseca<sup>34</sup> indica, na cadeia da história. No entanto, até o final do século XVIII, a preocupação em preservar monumentos do passado restringia-se a iniciativas de autoridades religiosas e civis que coletavam e conservavam bens em coleções<sup>35</sup>. Foi preciso o contexto de construção dos Estados-nação para que a prática se tornasse de interesse público e estruturasse políticas estatais.

No período da Revolução Francesa, época que Márcia Chuva<sup>36</sup> julga ter sido a conjuntura em que a ideia de nação foi percebida como algo completamente novo – uma ruptura com a visão de mundo vigente até então –, foram estabelecidas importantes bases para o discurso e a prática da preservação do patrimônio no Ocidente. Tratava-se da destruição dos bens culturais, perda de referenciais e da necessidade de novos signos que fossem capazes de assegurar os sentimentos de pertencimento e de identificação. Assim, Chuva acredita que “o patrimônio é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação da ‘identidade nacional’, assim como confere objetividade à nação por meio de sua materialização em objetos, prédios, monumentos etc.”<sup>37</sup>. Caberia ao patrimônio, portanto, constituir-se como garantia das origens e dissipar a inquietação desencadeada pela incerteza dos começos<sup>38</sup>.

No Brasil, ainda no período que compreende o Estado Novo de Vargas, as iniciativas do Estado visando a proteção ao patrimônio se efetivaram em 1936, quando o ministro da Educação, Gustavo Capanema, atuou com o propósito de proteger monumentos e obras de arte nacionais. O ministro contou com a colaboração do poeta, escritor e crítico literário, Mário de Andrade, para a elaboração de um anteprojeto que resultou na criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O SPHAN funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização do projeto modernista<sup>39</sup>. A partir do anteprojeto de Mário de Andrade, as atribuições da instituição foram definidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Decreto-

---

<sup>34</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>36</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>38</sup> CHOAY, Françoise. *Op. cit.*, p. 18.

<sup>39</sup> CHOAY, Françoise. *Op. cit.*, p. 107.

lei nº 25, e criadas pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937<sup>40</sup>. Em ambos os textos, foi considerada de forma abrangente a função do órgão: tratava-se de proteger todo o universo de bens culturais do país. De acordo com a análise de Márcia Chuva, o trabalho do órgão organizava-se em torno de três ações: a identificação do patrimônio nacional e sua consequente proteção mediante a aplicação do instituto de tombamento; o conhecimento do patrimônio; e a sua divulgação, conservação e restauração.

Para o criador do anteprojeto do SPHAN, Mário de Andrade, tombiar significava inscrever bens em livros de registro. Tudo aquilo que passasse a pertencer oficialmente ao patrimônio nacional seria inscrito nos livros. Os tombamentos começaram a ser realizados pelo SPHAN em 1938; nesse mesmo ano foram inscritos no Livro de Tombo 215 bens. Só no Rio de Janeiro, 78 bens foram tombados no primeiro ano. A cidade, com seus palácios de imperadores, jardins e residências de figuras ilustres, como Benjamin Constant, José Bonifácio e Rui Barbosa, constituía um rico repositório de bens históricos e culturais.

A Casa de Rui Barbosa foi tombada em 11 de maio de 1938, sendo um dos primeiros bens tombados pelo SPHAN; tratava-se de um belo exemplo da arquitetura neoclássica e que abrigava obras de arte e objetos pessoais, arrolados no processo de tombamento<sup>41</sup>, que testemunharam a vida de Rui Barbosa, um cidadão que tanto se destacara no serviço à pátria.

Silvana Rubino observa que quando uma casa é tombada não se trata de uma casa qualquer; trata-se de uma moradia que foi colocada em eterna sincronia. Nesta perspectiva, “é este o trabalho do tombamento. Retira bens de um contínuo de outros bens onde permaneceriam anônimos e desprotegidos. E realiza sobre esse bem um reinvestimento que pode ir de restauro, transformação em museu [...]”<sup>42</sup>. Entretanto, cabe uma pergunta: por que essas residências são selecionadas para serem eternizadas?

Quando um bem é tombado, não o é por conter um valor intrínseco, mas por um valor

---

<sup>40</sup> BRASIL. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>41</sup> Os processos de tombamento tiveram início priorizando bens de caráter monumental e excepcional, segundo o arquiteto José Pessoa, em palestra intitulada “Casa de Rui Barbosa: 80 anos como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 18 de junho de 2018.

<sup>42</sup> RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p. 5.

que lhe é atribuído. A arquiteta Dora Alcântara acredita que o tombamento é executado em razão da imaterialidade do valor de um bem e não por sua materialidade; é pelo o que o bem evoca nas pessoas<sup>43</sup>. A Casa de Rui Barbosa é um exemplo de bem tombado que apresenta eventos e personagens ao visitante. Ao ser tombado, o bem foi retirado de um cotidiano prosaico e revestido de significações, participando, agora, de outra narrativa e cronologia<sup>44</sup>.

A casa em que viveu o jurista, quando tombada, evoca e preserva o passado do personagem e constitui a memória deste no percurso da História da Nação. Sua casa, agora museu, mantém vivos os traços da época em que Rui lá viveu, a intimidade de sua vida privada e as lembranças de sua vida pública. Tornou-se, portanto, um

espaço de vida contendo um conjunto de objetos testemunhas exemplares de um passado que não se quer esquecer, servirá de elo da história social e do patrimônio edificado [...] seu papel fundamental será criar e preservar os laços de pertencimento com as comunidades locais e regionais, através dos espaços históricos ali representados e que deverão fazer parte da memória coletiva, passando de geração à geração [...].<sup>45</sup>

Nesta perspectiva, a memória de Rui Barbosa corresponderá a uma memória viva; nem o tempo será capaz de apagar sua presença, uma vez que sua casa foi transformada em um documento monumento, reconhecido e preservado pelo tempo presente. Julia Wagner Pereira assinala que o tombamento unifica o sentido fragmentado dos patrimônios e requalifica-os como referências histórico-identitárias do Brasil<sup>46</sup>.

### Rui Barbosa, entre o louvor e a crítica

O papel importante que Rui Barbosa desempenhou em sua vida pública em muito contribuiu para a glorificação e a mitificação de sua imagem. Muitos autores apontam que a contribuição que deu à cultura nacional, à política, ao direito, à justiça e ao jornalismo teriam elevado o advogado e político ao patamar dos deuses. A trajetória de vida de Rui, sempre

<sup>43</sup> Intervenção de Dora Alcântara em palestra intitulada “Casa de Rui Barbosa: 80 anos como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 18 de junho de 2018.

<sup>44</sup> PEREIRA, Julia Wagner. **O Tombamento**: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012, p. 166.

<sup>45</sup> SCARPELINE, Rosaelena. **Lugar de morada como lugar de memória**: a construção de uma casa museu, a Casa de Rui Barbosa. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 155.

<sup>46</sup> PEREIRA, Julia Wagner. *Op. cit.*, p. 167.

marcada pela intensidade e pela produtividade, ao evidenciar a inquietação e o comprometimento do jurista com as grandes causas do país<sup>47</sup>, abriu caminho para muitas opiniões a seu respeito, tanto de defensores como de críticos. Para Aparecida Marina de Souza Rangel, é possível que Rui Barbosa tenha sido um dos políticos mais caricaturados ao longo da República Velha, como também um dos principais alvos da maledicência pública<sup>48</sup>.

Homero Senna<sup>49</sup> observa que muitos fatores contribuem para a transformação de pessoas de carne e osso em mitos. Para Américo Jacobina Lacombe,

todo homem significativo cria, assim, fatalmente, em torno de sua biografia, uma auréola lendária, ampliada pela consagração popular à sua figura [...], toda essa transposição ingênua da realidade é um sintoma da necessidade do povo de dar forma, compreensível, à admiração, ao orgulho, e por que fugir ao termo - ao culto - do grande homem.<sup>50</sup>

A morte de Rui Barbosa também foi um momento importante na afirmação da sobrevivência de sua imagem, frente à morte de seu corpo. O falecimento de Rui foi seguido de uma série de homenagens e cerimônias, como missas solenes e cortejos cívicos em diferentes cidades do país. João Felipe Gonçalves<sup>51</sup> aponta que os jornais da época estampavam manchetes e frases como: “Apagou-se o sol!”, “A morte do maior gênio da raça”; “A grande catástrofe”; “viverá para sempre com a imortalidade dos deuses!”. Muitos foram os esforços para perpetuar sua memória e transformar sua figura em algo simbólico e monumental. Entretanto, nem sempre foram ouvidas e exaltadas só as boas opiniões sobre o jurista. Por ter uma participação marcante em diversos acontecimentos do país, o que o envolveu em muitas polêmicas, também foi muito criticado em vida e acumulou alguns inimigos no poder.

Foram muitas as falsas histórias criadas em torno de Rui Barbosa. Dizia-se que ele falava todas as línguas e que quando viveu em Londres, em um momento de exílio, teria publicado anúncios nos jornais com a seguinte informação: “Ensina-se inglês aos ingleses”. Seus inimigos sustentavam que, quando foi conselheiro da Light, Rui teria conseguido retirar

---

<sup>47</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>49</sup> SENNA, Homero. **Rui e o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 10.

<sup>50</sup> *Idem*.

<sup>51</sup> GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000, p. 9. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250>>. Acesso em: 19 out. 2020.

da rua São Clemente, onde morava, os bondes de segunda classe, uma vez que ele não gostava de pobres e não queria vê-los passando pelo portão de seu palacete. Também se afirmava que Rui era mau pagador e que, justamente por isso, teria acumulado uma fortuna, no cargo de ministro da Fazenda. Todas essas histórias que circulavam à época não tinham provas concretas de que realmente eram verdadeiras, mas acabaram tornando-se muito populares até os dias de hoje.

Quatro episódios, em especial, foram marcantes na vida de Rui Barbosa para que a opinião pública se dividisse entre o louvor e a crítica. São esses episódios singulares: o plano econômico — apelidado pejorativamente de “Encilhamento” — que Rui desenvolveu no Ministério da Fazenda; a queima de arquivos relacionados à escravidão; a participação do jurista na Segunda Conferência da Paz em Haia; e a liderança de Barbosa na Campanha Civilista.

Examinemos o primeiro. Assim que assumiu a pasta do Ministério da Fazenda, no Governo Provisório, Rui Barbosa percebeu que as condições políticas eram delicadas. Conforme destaca Américo Jacobina Lacombe, Barbosa urgia pôr mãos à obra para enfrentar esse quadro<sup>52</sup>. Seu objetivo era a industrialização do país; ele acreditava que só assim o Brasil venceria o secular atraso e alcançaria a modernidade. Para isso, a primeira ação que tomou como ministro visava a transferência do apoio tradicional do governo à agricultura para a classe industrial. A forma mais rápida para a realização desse plano seria contrair empréstimos em bancos estrangeiros. Contudo, por se tratar de um governo de transição, a iniciativa de Rui não atraiu, nem convenceu os banqueiros. O que restou a ele foi o recurso mobilizado pelo governo norte-americano para a recuperação do país, após a Guerra de Secessão: a emissão bancária. Lacombe comenta que se tratava de “um risco tal tentativa num país novo, sem experiência, mas não havia outra saída”<sup>53</sup>. O resultado imediato da emissão de moeda foi a expansão do número de indústrias: 452 novas fábricas foram criadas, oferecendo empregos e melhores condições econômicas à classe média<sup>54</sup>.

Entretanto, os problemas logo apareceram. Facilitar a criação de empresas e emitir notas bancárias era um risco inflacionário grave, e, de fato, a inflação ocorreu. O resultado do plano

---

<sup>52</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p. 59.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>54</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.*, p. 40.

econômico de Rui Barbosa foi um grande surto inflacionário, seguido de falências, conhecido como “encilhamento”. Essa palavra deriva de “encilhar”, cujo significado é “colocar arreios em animal”; “apertar o cavalo com cilhas”. Raimundo Faoro comenta as razões para que tal vocábulo tenha sido associado à crise econômica que marcou a Primeira República:

O trânsito semântico que levou a designar “encilhamento” à crise que abalou as finanças brasileiras em 1890-1891 é ainda obscuro. Parece tratar-se de empréstimo à terminologia turfística, no sentido de local onde se dão os últimos retoques nos cavalos de corrida, antes de disputarem os páreos; por analogia, ter-se-ia aplicado à disputa entre as ações das empresas na bolsa do Rio de Janeiro, com valorização crescente, avidamente compradas pelo público, figurando a jogatina nos títulos, alimentada pelas emissões de papel-moeda, característica de período de hiperinflação.<sup>55</sup>

Rui Barbosa sempre foi responsabilizado pelos efeitos do encilhamento. A culpa e a imagem de irresponsável e impulsivo foram incorporadas à sua história. Esse episódio dividiu muitas opiniões a respeito do jurista e estremeceu a sua imagem, até então, positiva. Porém, estudiosos do período, sustentam que a crise do encilhamento é mais antiga e que não foi desencadeada pelo então ministro da Fazenda. Homero Senna observa que esses estudos argumentam que, com a abolição da escravatura, os fazendeiros passaram a necessitar de mais numerário para arcar com as despesas da mão de obra assalariada; neste sentido, como queriam receber quantias maiores dos comissários, os latifundiários pressionaram o governo brasileiro para que fosse aumentada a moeda em circulação<sup>56</sup>. Em artigo para *A Década Republicana*, o chefe do último gabinete da monarquia, visconde de Ouro Preto, reconheceu que “não contestaremos que a especulação – ou antes, a agiotagem (pois a especulação, restrita a certos limites, é lícita e profícua) – começou a desenvolver-se na praça do Rio de Janeiro, ainda sob o Império”<sup>57</sup>.

Apesar das dificuldades enfrentadas por Rui Barbosa, tendo em vista a difícil conjuntura que enfrentou após a falha de seu plano econômico, especialistas em finanças destacam que ele executou com muito engenho o orçamento de 1890 e obteve aumento apreciável na arrecadação da receita<sup>58</sup>, além de nunca, como ministro, ter solicitado empréstimos internos ou externos. Para Homero Senna, “Rui, como Ministro da Fazenda, fez tudo o que estava ao seu alcance, atentas as dificuldades políticas do momento, para conter a alarmante agitação financeira e de

---

<sup>55</sup> SENNA, Homero. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>56</sup> *Idem.*

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 56.

bolsa herdada do Império, e que, nos primeiros anos do novo regime, ameaçou a estabilidade da República”<sup>59</sup>.

Outro episódio que marcou profundamente a imagem de Rui Barbosa ficou conhecido como *A queima de arquivos*. Em 14 de dezembro de 1890, o ministro Barbosa mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão que existiam no Ministério da Fazenda. Isso rendeu muitas críticas, principalmente por parte de historiadores, que afirmaram terem ficado “impossibilitados de estudar a escravidão no Brasil”<sup>60</sup> e que o episódio “há de ser sempre uma pedra de escândalo em nossa história cultural”<sup>61</sup>. Em muitos trabalhos voltados ao estudo da escravidão no Brasil, a queima desse acervo documental aparece com destaque, imputando-se a Rui Barbosa a responsabilidade pelas lacunas na historiografia sobre esse tema, uma vez que ele é apontado como o único autor desse ato de vandalismo<sup>62</sup>. Alguns historiadores contemporâneos ainda se manifestam sobre o episódio, como a norte-americana Mary C. Karash que, quando chegou ao Brasil em 1968 para realizar uma pesquisa, afirmou que “receava não ser capaz de localizar nenhum manuscrito por causa da queima de 1890”<sup>63</sup>.

A ideia de queimar os papéis relacionados à escravidão não teria sido, entretanto, da autoria de Rui Barbosa. Tratava-se, de acordo com Américo Jacobina Lacombe, de uma proposta antiga, enunciada pela primeira vez por Joaquim Nabuco, conforme as palavras de sua filha, Maria Carolina Nabuco de Araújo: “a 24 [de julho de 1888] fala novamente e lê uma representação de constituintes seus, para que os livros de matrícula geral dos escravos do Império sejam cancelados, ou inutilizados de modo a que não possa mais haver pedido de indenização”<sup>64</sup>. A intenção teria sido sempre a de evitar o pagamento de indenização aos ex-proprietários de escravos, após a abolição.

Desde o fim da escravidão, os ex-senhores de escravos haviam levantado a questão do pagamento de indenização por parte do governo. Na época, houve a organização de um banco para indenizar esses antigos proprietários de escravos, que se dirigiram ao governo para obter

---

<sup>59</sup> *Idem*.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>61</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. **Rui Barbosa e a queima de arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 33.

<sup>62</sup> *Ibidem, Ibidem*, p. 34.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 36.

favores e garantias imprescindíveis para o funcionamento desse banco. Entretanto, para a ala do Partido Liberal, a que Rui Barbosa filiava-se, isso era inaceitável. Neste sentido, Rui elaborou um despacho que dizia: “Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir meios de indenizar os ex-escravos não onerando o Tesouro”<sup>65</sup>. Como era de se esperar, ele foi alvo de inúmeras queixas e críticas por tais palavras, estampadas em muitos jornais. A Confederação Abolicionista, porém, orgulhou-se do posicionamento de Barbosa e imprimiu o despacho em letras de ouro, oferecendo solenemente o diploma ao ministro.

Um mês depois da publicação desse despacho, o gabinete ministerial emitiu a ordem oficial para a queima dos arquivos. Foi também quando as pressões dos ex-senhores de escravos mais se intensificaram. Rui Barbosa deixou claro que o ato consistia “em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entrava na comunhão brasileira”<sup>66</sup>. É possível afirmar, portanto, que o real significado do ato era acabar com as pretensões dos escravocratas.

Para Francisco de Assis Barbosa, a destruição dessa documentação deve ser examinada à luz da mentalidade da época e das circunstâncias políticas que cercavam o ministro da Fazenda<sup>67</sup>; por outro lado, é necessário também entender a luta travada por Rui Barbosa pelo abolicionismo. Para o jurista, a abolição era o passo inicial das grandes reformas que deveriam acontecer no país, na qual, desde jovem, esteve engajado. Nesta perspectiva, é possível compreender o ato de Rui Barbosa como um ato político. Lacombe destaca, neste sentido, as palavras de Francisco de Assis Barbosa: “foi precisamente a incompreensão desse clima e a falta de sensibilidade para aceitá-lo que certamente escaparam aos que condenaram tão veemente a decisão do Ministro da Fazenda”<sup>68</sup>.

Segundo vários especialistas na trajetória pública de Rui Barbosa, é importante insistir no verdadeiro objetivo da queima dos arquivos da escravidão, ou seja, tratava-se de eliminar qualquer comprovante fiscal da propriedade servil para evitar os pedidos de indenização dos antigos proprietários de escravos. Para esses estudiosos, é importante sinalizar ainda que, para que se pudesse avaliar o prejuízo causado pela destruição dessa documentação para a pesquisa

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>66</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 18.

histórica, seria necessário ter conhecimento de todos os documentos que foram entregues ao fogo. Como isso não é possível, uma vez que não restaram cópias de tais documentos, esse argumento parece um tanto inócuo.

A participação de Rui Barbosa na Segunda Conferência da Paz, realizada na cidade de Haia, na Holanda, em 1907, foi outro episódio que mobilizou a opinião pública e contribuiu para a metamorfose da imagem do brasileiro. Depois de momentos conturbados e polêmicos em sua vida política, a participação na conferência foi reconhecidamente, de acordo com Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães, um dos ápices da movimentada e brilhante carreira de Rui Barbosa e que lhe conferiu grande prestígio<sup>69</sup>.

A Primeira Conferência da Paz foi realizada em 1899 por iniciativa do czar da Rússia, Nicolau II, na cidade de Haia. O objetivo era assegurar uma paz real e duradoura a todos os povos e pôr fim ao desenvolvimento progressivo de armamentos. Estavam presentes representantes de 26 países; o Brasil foi convidado, mas não compareceu, alegando não aceitar a exclusão das demais repúblicas sul-americanas. Na Segunda Conferência da Paz, as nações latino-americanas não foram esquecidas e o Brasil, pela primeira vez, tomou parte em um grande acontecimento internacional.

A escolha do representante brasileiro ficou sob a responsabilidade do ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco. O diplomata Manuel de Oliveira Lima indicou, na imprensa, Rui Barbosa para o cargo, assim como Edmundo Bittencourt, que, por sua vez, mobilizou o *Correio da Manhã* para a campanha a favor de Rui. O ministro, que já havia feito o convite a Joaquim Nabuco, contudo, sensível à opinião pública, decidiu enviar com Nabuco, Rui Barbosa. Conforme Luís Viana Filho, Nabuco recusou o convite alegando que não poderia ir a Haia como segundo e que Rui Barbosa só poderia ir como primeiro<sup>70</sup>. O jurista, a princípio, alegou não ter competência para uma missão de natureza tão extraordinariamente elevada<sup>71</sup>, mas aceitou o convite. Foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário e primeiro delegado, embarcando para Haia em 22 de maio de 1907, com sua mulher e duas de suas filhas.

Na Conferência de Paz, Rui Barbosa destacou-se por seus discursos, sempre muito bem elaborados e repletos de erudição. Lacombe ressalta que Rui tinha a ousadia e a coragem de

---

<sup>69</sup> MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. **Presença de Rui Barbosa em Haia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990, p. 14. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/876>>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>70</sup> VIANA FILHO, Luís. **Três estadistas**: Rui, Nabuco, Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 734.

<sup>71</sup> MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Op. cit.*, p. 4.

firmar suas posições e que isso, a princípio, fez com que suas intervenções fossem consideradas petulantes<sup>72</sup>. Logo, entretanto, conquistou parte considerável da assembleia que o indicou como presidente de honra da Primeira Comissão, além de contribuir para que o Brasil passasse a ser mais bem considerado pelos representantes das demais nações. Seu conterrâneo, correligionário e amigo, João Mangabeira, revelou que Rui tinha a oratória mais notável que a conferência ouviu e que o evento proporcionou ao embaixador plenipotenciário o momento de maior brilho intelectual<sup>73</sup>. Rui Barbosa retornou ao Brasil consagrado como a “Águia de Haia”, sendo homenageado pelo presidente da República com uma medalha. O sucesso da participação de Rui na Conferência foi tamanho que permaneceu por décadas e décadas presente no imaginário social, garantindo o triunfo da imagem do jurista como um baiano inteligentíssimo e sagaz que havia logrado o respeito e a admiração da Europa.

O último dos episódios que contribuiu para a glorificação e, até mesmo, para o culto da memória de Rui Barbosa foi a Campanha Civilista, quando se candidatou à Presidência da República, percorrendo diversos estados do Brasil, sempre, conforme as palavras de Américo Jacobina Lacombe, em contato com o povo, assumindo o papel de herói da República Civil e oferecendo a todos um espetáculo único<sup>74</sup>.

A sociedade brasileira, até então acostumada com a alternância de poder entre as oligarquias paulista e mineira, assistiu, em 1909, Rui Barbosa disputar, como candidato civil, o mais alto cargo da República com o ministro de Guerra, Marechal Hermes. Era a primeira vez na história republicana em que a escolha do presidente se daria pelo voto popular. Entrava em declínio o velho sistema eleitoral, o que levou João Mangabeira a comentar que “Ruy, que já fôra apóstolo do Direito, da Liberdade, da Igualdade dos Estados, assume o papel de apóstolo da Democracia”<sup>75</sup>. De fato, Rui empreendeu uma campanha eleitoral inédita, com excursões por diversas cidades, em diferentes estados do Brasil, onde apresentava seus planos de governo por meio de discursos veementes. Seus adversários temiam a sua força e acreditavam que ele de nada tinha medo: diziam eles que “há uma coisa que Rui tem mais do que talento: é

---

<sup>72</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p. 46.

<sup>73</sup> MANGABEIRA, João. **Ruy, o estadista da República**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960, p. 105.

<sup>74</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>75</sup> MANGABEIRA, João. *Op. cit.*, p. 124.

coragem”<sup>76</sup>. Rui fechou o seu escritório de advocacia e abandonou todos os outros compromissos para aventurar-se em algo incerto. João Mangabeira explica, a seu modo, essa atitude: “naquele homem pequeno e frágil, arde, como uma tocha viva, a flama intensa da fé”<sup>77</sup>.

A campanha de Rui Barbosa teria sido tão intensa e marcante que excedeu a expectativa de seus apoiadores, ultrapassando até as mais otimistas previsões. A imprensa exaltou o espírito de sacrifício, a coragem e a inteligência atribuídos a Rui e que despertavam a admiração até mesmo nos adversários. À sua imagem, portanto, para além dessas qualidades já comprovadas em Haia, foi acrescentada mais uma: a de homem do povo, pelo fato de atrair aos comícios multidões que o aplaudiam e o festejavam. Apesar da derrota, João Mangabeira afirma que o serviço por Rui Barbosa prestado à democracia foi inigualável<sup>78</sup>. Rui Barbosa, com a Campanha Civilista, teria alcançado ainda mais prestígio e sua trajetória política, mais força.

Muitos foram os fatos que envolveram a participação política ativa de Rui Barbosa, principalmente os que foram decisivos para o país na virada do século. Sua vida pública envolveu, simultaneamente, algumas atitudes discutíveis e outras dignas; ambas, de acordo com Barbosa, consequências dos princípios que defendia com mais ímpeto – justiça e verdade. Dividindo opiniões, o jurista e político foi, muitas vezes, mal compreendido e odiado; mas também foi respeitado e admirado. Cabe lembrar, embora não se trate de um julgamento imparcial, já que era amigo e correligionário de Barbosa, as palavras de João Mangabeira que, de certo modo, explicam a permanência de memória de Rui no imaginário popular: “O efêmero, o artificial, o medíocre não resistem ao curso de dois decênios. Só os grandes valores autênticos sobrevivem a essa longa provação”<sup>79</sup>.

### Considerações finais

Alguns personagens afrontam e vencem a morte. Para João Mangabeira, esses indivíduos, através das gerações, mantêm-se vivos no espírito da humanidade e da nação; o humano torna-se imortal quando suas ideias e seus valores continuam a influir e a orientar a sociedade<sup>80</sup>. De acordo com Mangabeira, Rui Barbosa atingiu esse patamar, na qualidade de

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>79</sup> MANGABEIRA, João. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 12.

mito.

Essa palavra, “mito”, remete, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, entre outros significados, à “representação de fatos e/ou personagens históricos, amplificados através do imaginário coletivo”<sup>81</sup>. Já para o professor Joseph Van Den Besselaar que lecionou História da Antiguidade Clássica na Universidade de São Paulo, na década de 1960,

o mito é gerador de uma grande verdade superior, em oposição à verdade obsoleta do mundo presente [...] é uma ideia simplificada, uma concepção empolgante, uma representação plástica do porvir coletivo [...] e apela principalmente para os nossos sentimentos e a nossa vontade. O mito é a alavanca das massas.<sup>82</sup>

Ambos os significados se adequam ao personagem que examinamos. Ao participar de grande parte dos mais importantes acontecimentos e processos históricos brasileiros, ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, Rui Barbosa acabou por se tornar uma espécie de mito nacional. Para Américo Jacobina Lacombe, se os sentimentos de justiça, igualitarismo, amor à ciência e respeito à inteligência tivessem que ser representados e personificados pela sociedade brasileira, Rui Barbosa seria o nome escolhido, sem outra opção<sup>83</sup>. De acordo com Lacombe, todas as polêmicas, inimizades e críticas ao jurista, ao longo dos tempos, não foram capazes de anular ou diminuir sua fama: “Dessa pretendida destruição resulta a glória sem par de Rui Barbosa: a de enfrentar sozinho a seleção dos maiores nomes da História do Brasil.”<sup>84</sup>.

A imagem, portanto, que se formou de Rui é composta por todos esses atributos que empolgam e mobilizam os sentimentos coletivos: a força; a oratória impecável; e a identificação com as aspirações populares. Embora Barbosa tenha sido um homem de estatura pequena e de temperamento acanhado e retraído, foi a representação de homem forte e inabalável que prevaleceu no imaginário social.

<sup>81</sup> MITO. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**: versão 2.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009, p. 1300.

<sup>82</sup> BESSELAAR, José Van Den. **As interpretações da história através dos séculos**: volume II. São Paulo: Editora Herder, 1958, p. 33.

<sup>83</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.*, p. 175.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 177.

Lacombe assinala que, quando Rui faleceu, em 1923, a casa do jurista e político se tornou o centro desse sentimento coletivo em torno de sua imagem<sup>85</sup>. Como destaca Mangabeira,

nela se faz sentir esta profunda e arraigada convicção de que ali está o símbolo da alma inconformada do Brasil, lutando contra a fraude, a distorção, a hipocrisia, a falsa “razão de estado”, a ânsia por uma autenticidade e uma sinceridade na vida íntima, na vida política nacional e na convivência universal das nações.<sup>86</sup>

Para Aparecida Rangel, o processo de transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em museu procurou perpetuar essa simbologia: a casa seria esse espaço biográfico que manteria sempre vivas as suas imagem e memória. “O culto ao personagem Rui Barbosa marcará toda a atuação institucional que busca, por meio de seu espaço privado, enaltecer a memória do grande cidadão.”<sup>87</sup>. A casa, segundo as palavras de Aparecida Rangel, “simboliza também uma ideia, o desejo de uma nação de se ver retratada na figura do brasileiro ideal que, pela sua erudição, deve servir de exemplo às gerações futuras.”<sup>88</sup>.

A ideia de transformar a casa de Rui Barbosa em um museu, como procuramos expor neste trabalho, esteve sempre relacionada ao processo de tornar pública a intimidade de um grande homem de destaque nacional. A representação de Rui Barbosa como um mito insuperável sempre encontrou eco na sociedade brasileira; mas, a proposta da instituição é a de torná-lo mais humano, mais acessível. O legado de Rui Barbosa, além de se manter preservado e de servir de exemplo a muitas gerações, fica mais próximo ao público, possibilitando que visitantes de todas as idades se transportem para as épocas longínquas em que a “Águia de Haia” causou assombro no Brasil e do outro lado do Atlântico. É possível afirmar que o sucesso da instituição se relaciona diretamente à força que a memória das ideias e das ações de Rui manteve e mantém ao longo do tempo. Américo Jacobina Lacombe, com quem concluo este trabalho, afirma que defender e, por conseguinte, preservar e cultivar essa memória não seria, apenas, “cultivar uma glória local”. Na verdade, trata-se de “impedir que se apague na feição brasileira” os traços de uma vida que se constituiu em “contribuição permanente, contínua”<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>87</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Op. cit.*, p. 99.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>89</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.*, p. 190.

ao Brasil.

## Referências

### Fontes

#### Legislação e portais eletrônicos estatais

BRASIL. **Decreto nº 4.789**, de 02 de janeiro de 1924. Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu, o senador Ruy Barbosa, com mobiliário, bibliotheca, archivo. etc. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4789-2-janeiro-1924-565500-publicacaooriginal-89254-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 17.758**, de 04 de abril de 1927. Crea o Museu Ruy Barbosa e aprova o seu regulamento. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/433701/publicacao/15620340>>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 24.688**, de 12 de julho de 1934. Reorganiza os serviços da Casa de Rui Barbosa e dá outras, Providências. Rio de Janeiro: Chefe do Govêno Provisório da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24688-12-julho-1934-515677-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidente da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 38.544**, de 12 de janeiro de 1956. Aprova o Regimento da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38544-12-janeiro-1956-323143-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.943**, de 06 de abril de 1966. Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4943.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4943.htm)>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_; Senado Federal. **Portal do Senado Federal**. [19--]. Página inicial. Disponível em: <[www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_; Governo Federal. **Portal da Legislação**. [19--]. Página inicial. Disponível em: <[www4.planalto.gov.br/legislacao/](http://www4.planalto.gov.br/legislacao/)>. Acesso em: 19 out. 2020.

\_\_\_\_\_; Comitê Gestor do Portal da Câmara dos Deputados. **Portal da Câmara dos Deputados**. 1999. Página inicial. Disponível em: <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>. Acesso em: 19 out. 2020.

#### Relatório de atividades do Museu Casa de Rui Barbosa

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades**: 1.9.5 515A. Rio de Janeiro, 1930.

### Livros e artigos

BESSELAAR, José Van Den. **As interpretações da história através dos séculos**. São Paulo: Editora Herder, 1958.

CARVALHO, Ana Cristina; JOHNSTON, Glenn C. **Museus-casas históricas no Brasil**. São Paulo: Acervo artístico-cultural dos palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de; SILVA, Kelen Katia Prates. A construção da identidade nacional durante a Era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, p. 246-254, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

FAGUNDES, Luciana. **Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos**. Rio de Janeiro: Prismas, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135- 161, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250>>. Acesso em: 19 out. 2020.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

\_\_\_\_\_. **Rui Barbosa e a Queima de Arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Rejane Mendes de Almeida. **Rui Barbosa na Vila Maria Augusta**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Presença de Rui Barbosa em Haia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. Disponível em:

<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/sobre\\_rui\\_barbosa/FCRB\\_RejaneMagalhaes\\_PresencaRuiBarbosa\\_em\\_Haia.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/sobre_rui_barbosa/FCRB_RejaneMagalhaes_PresencaRuiBarbosa_em_Haia.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2020.

MANGABEIRA, João. **Ruy, o estadista da República**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

\_\_\_\_\_. Inauguração da “Casa Ruy Barbosa”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1933.

PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. **Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SALADINO, Alejandra. O patrimônio cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 97-105. Disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

SCARPELINE, Rosaelena. **Lugar de morada como lugar de memória: a construção de uma casa museu, a Casa de Rui Barbosa**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SEM AUTORIA. **Museu Casa de Rui Barbosa**. São Paulo: Banco Safra, 2013.

SENNA, Homero. **Rui e o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional - estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

VIANA FILHO, Luís. **Três estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.